

PCP

Assunto  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 347716

Classificação ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

01/2702



REQUERIMENTO Número 237/ XI ( 1.ª )

PERGUNTA Número 1/ XI ( 1.ª )

Expeça-se

Publique-se

913110

Q Secretário da Mesa

*Recorre*

Assunto: Estudo de Avaliação dos Impactos da Aplicação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida

Destinatário: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

*Par determinação do S. Secretário da Mesa*

*9.3.10*

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2010 em sede de Comissão de Orçamento e Finanças conjuntamente com a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, no passado dia 22 de Fevereiro, o PCP questionou a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre quais os impactos na recuperação dos ecossistemas e na população local, após ter passado quatro anos da entrada em vigor do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e se tinham algum estudo elaborado que evidenciasse essa avaliação. O PCP especificou a questão relativamente ao Parque Marinho Luís Saldanha e as restrições impostas aos pescadores, com consequências muito negativas ao nível económico e social na população local. A Ministra do Ambiente e do Ordenamento de Território afirmou que houve evoluções muito positivas na recuperação das espécies e referiu que tinha um estudo que demonstrava estes resultados.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer ao **Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território** o estudo realizado sobre o impacto dos quatro anos de aplicação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, referido pela Sra. Ministra quando questionada sobre esta matéria.

Palácio de São Bento, 3 de Março de 2010

Os Deputados

*Paula Santos*  
Paula Santos

*Francisco Lopes*  
Francisco Lopes

*Bruno Dias*  
Bruno Dias

*Miguel Tiago*  
Miguel Tiago